



Ecologia integral: da responsabilidade à solidariedade

Integral ecology: from responsibility to solidarity

*Geraldo Luiz de Mori**

FAJE

Recebido em: 02/10/2024. Aceito em: 22/11/2024.

Resumo: *A Igreja católica do Brasil propõe como tema para a Campanha da Fraternidade de 2025 (CF 25) “Fraternidade e ecologia integral”, e como lema: “Deus viu que tudo era muito bom!” (Gn 1,28). Partindo do texto de Zc 7, 11-12a, o presente estudo se pergunta sobre a capacidade de escuta dos fiéis brasileiros aos apelos à conversão propostos pelas várias Campanhas da Fraternidade dedicadas a temas socioambientais, evocados na primeira parte. Em seguida, tendo como base a Laudato Si’ e o Texto Base da CF 25, o presente estudo se debruça sobre a compreensão de “ecologia integral” proposta pelo magistério do Papa Francisco e pela Igreja do Brasil, apontando, na terceira parte, algumas considerações sobre a importância de pensar a ecologia integral em diálogo com os princípios responsabilidade e solidariedade.*

Palavras-chave: *ecologia integral; Laudato Si’; Princípio responsabilidade; Princípio solidariedade.*

Abstract: *The Catholic Church in Brazil has proposed as its theme for the 2025 Fraternity Campaign (CF 25) “Fraternity and integral ecology”, and as its motto: “God saw that everything was very good!” (Gen 1:28). Starting from the text of Zech 7:11-12a, this study asks itself about the capacity of the Brazilian faithful to listen to the calls to conversion proposed by the various Fraternity Campaigns dedicated to socio-environmental themes, evoked in the first part. Then, based on Laudato Si’ and the CF 25 Base Text, this study looks at the understanding of “integral ecology” proposed by the magisterium of Pope Francis and the Church*

* Doutor em Teologia (Centre Sèvres, Facultés Jésuites de Paris, 2002). Pós-doutorado (Institut Catholique de Paris, 2011/2012). Mestre em Teologia (Centre Sèvres, Facultés Jésuites de Paris, 1996). Bacharel em Filosofia (Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, CES, Belo Horizonte, 1986) e em Teologia (Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, CES, Belo Horizonte, 1992). Licenciado em Filosofia (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, 1990). Professor titular no Departamento de Teologia da FAJE.

E-mail: prof.geraldodemori@gmail.com.





in Brazil, pointing out, in the third part, some considerations on the importance of thinking about integral ecology in dialogue with the principles of responsibility and solidarity.

Keywords: *Integral ecology; Laudato Si'; Responsibility principle; Solidarity principle.*

Introdução

“Recusaram-se, todavia, a dar atenção; deram de ombros e endureceram os ouvidos para não ouvir. Tornaram seu coração duro como o diamante, para não ouvir a instrução e as palavras que o Senhor do universo, lhes dirigira pelo seu Espírito, por intermédio dos antigos profetas” (Zc 7,11-12a).

“Fraternidade e ecologia integral” é o tema escolhido pela Igreja do Brasil para a Campanha da Fraternidade (CF) de 2025 (CF 25), com o lema *“Deus viu que tudo era muito bom!”* (Bíblia, 2020, Gn 1,31, p. 30). O objetivo geral da CF 25, segundo o Texto Base (TB), é *“Promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da terra”* (CNBB, 2024, p. 7). Dentre os fatores que contribuíram para que a Igreja do Brasil mais uma vez se voltasse a um tema ecológico, se situam, sem dúvida, os 10 anos da publicação da Carta Encíclica *Laudato Si’* (LS), do Papa Francisco, e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) que se realizará em Belém, em novembro de 2025.

O ano que precede a CF 25 tem sido dramático para o Brasil. É o que atestam, entre outros, a emergência climática vivida pelo estado do Rio Grande do Sul, já em 2023, mas profundamente agudizada em 2024, com enchentes que levaram várias localidades ao colapso; e a seca que tem atingido quase duas terças partes do país em 2024, tendo como consequências fenômenos inimagináveis, como a redução drástica do volume de rios importantes da Amazônia, como o rio Madeira e o rio Negro (Andrade; Queiroz, 2024), e os terríveis prognósticos sobre o desaparecimento do Pantanal (Agência Senado, 2024), sem contar as queimadas de florestas, que ampliam a emissão dos gases de efeito estufa para níveis nunca antes vistos no país.

O apelo à *“conversão integral”*, associado à escuta do *“grito dos pobres e da Terra”*, presente no Objetivo geral da CF 25, necessita não



só ser amplificado no atual momento de desregulação climática, mas também escutado.

O oráculo do profeta Zacarias (Bíblia, 2020, Zc ,11-12, p. 921), que serve de exórdio ao presente estudo, é, por um lado, uma constatação: a recusa de seu povo em “prestar atenção”, dando “as costas”, não escutando, “endurecendo os corações”, não ouvindo as “palavras que o Senhor” enviou por “meio dos profetas” (Zc 7,11-12); e, por outro lado, uma advertência: a “cólera da parte do Senhor” (Zc 7,12b), que o leva a não escutar Israel quando for invocado, o que fará com que a terra fique “desolada”, pois seu povo fez “de uma terra desejável uma desolação” (Zc 7,13-14).

Em geral, nos livros proféticos, as ameaças têm um papel pedagógico: elas apontam para os efeitos de certas ações más, realizadas pelo povo, que demandam punição, pois Deus é justo. Ao longo da história, porém, esse tipo de leitura foi mal interpretado, atribuindo a Deus o que é consequência da ação humana. No caso específico da atual crise climática, a ciência tem mostrado que ela é o resultado do paradigma tecnocrático vigente nos modelos econômicos que determinam a relação do ser humano com o meio ambiente.

O presente estudo, tendo em vista o tema da CF 2025, propõe, num primeiro momento, à luz do oráculo de Zacarias e de modo panorâmico e sintético, uma releitura dos resultados dos apelos à conversão ecológica feitos pelas Campanhas da Fraternidade (CFs) no Brasil, perguntando-se, como fez o Profeta, até que ponto eles têm sido escutados pelo conjunto da Igreja e da sociedade brasileira. O conceito de “ecologia integral”, proposto como tema da CF 25, será, em seguida, aprofundado, mostrando sua importância no novo apelo à “conversão ecológica” feito pela Igreja do país. Finalmente, tendo em vista o “princípio responsabilidade” e o “princípio solidariedade”, serão indicados alguns aprofundamentos que a crise socioambiental demanda à inteligência da fé no país.

1 Corações duros como diamante

Segundo o Texto Base da CF 25, a Igreja do Brasil já realizou oito CFs com temas relacionados ao meio ambiente, sendo este o tema mais tratado em seus 61 anos: 1979: “Por um mundo mais humano: Preserve o que é de todos”; 1986: “Fraternidade e a Terra: Terra de Deus, terra de irmãos”; 2002: “Fraternidade e povos indígenas: Por uma terra sem males”; 2004: “Fraternidade e água: Água, fonte de vida”; 2007: “Fra-



ternidade e Amazônia: vida e missão neste chão”; 2011: “Fraternidade e a vida no planeta: A criação geme em dores de parto”; 2016: “Casa comum, nossa responsabilidade: Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça como riacho que não seca”; 2017: “Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida: cultivar e guardar a criação” (CNBB, 2024, p. 17-18).

Em um artigo publicado em 2015, em *Encontros Teológicos*, Domingos Volney Nandi (2015, p. 28), acrescenta a essa lista o tema de 2008: “Fraternidade e defesa da vida: Escolhe, pois, a vida”, e o de 2010: “Economia e vida: Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, evocando ainda os de 1974: “Reconstruir a vida” e de 1984: “Fraternidade e vida”, por se referirem à vida.

Chama a atenção, na lista de temas com a perspectiva ecológica evocados pelo Texto Base da CF 25, o fato de já em 1979 a Igreja do Brasil ter abordado essa problemática, ou seja, 13 anos antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO 92), realizada no Rio em 1992. Para Nandi (2015), isso já era um sinal profético do despertar à consciência ecológica no seio do catolicismo do país. O objetivo da CF 1979 era o de “conclamar a todos a uma nova mentalidade, superando a ganância de possuir sempre mais, em prejuízo dos bens da criação”. Seu foco foi o da preservação do “ar, da água, da flora e da fauna”, motivando para uma mística contemplativa diante das belezas e dos mistérios da natureza” (Nandi, 2015, p.8).

Na mensagem enviada pelo Papa João Paulo II à Igreja do Brasil, o Pontífice lembra que a penitência quaresmal será orientada em vista da “preservação do ambiente natural e humano, patrimônio comum”, que é “condição de vida, fator de progresso integral e do sentido de família entre os homens, e “daquele amor que cria solidariedade, fraternidade e paz”, fomentando uma mentalidade que se eduque e eduque para o “amor cristão da natureza, para louvar a Deus criador – como São Francisco de Assis – para o bem comum” (João Paulo II, 1979, não paginado). A essa CF se deve o despertar para a questão ecológica na Igreja do país.

A CF de 1986, com o tema “Terra de Deus, terra de irmãos”, propôs à reflexão da Igreja para o gravíssimo problema fundiário do país, provocado pela concentração de terra nas mãos de grandes latifundiários, dando origem a conflitos com indígenas, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra. Na carta que enviou à Igreja do Brasil, João Paulo II, lembra que Jesus, em sua passagem pela terra, proclamou que todos são irmãos.



Ele continua ainda a passar, assinala o Pontífice, nas “áreas indígenas, rurais e urbanas do Brasil”, nas quais ele se identifica com o “irmão sem-terra e sem trabalho”; com o “irmão sem casa”; com o “irmão analfabeto”; com o “irmão doente ou que vive atrás das grades da cadeia”; com o “irmão sedento, porque houve o flagelo da seca”; com o “irmão faminto”. Em todos, conclui o Papa, se pode entrever o “rosto de Cristo”, e para todos é necessário que a “terra de Deus” se torne cada vez mais a “terra de irmãos” (João Paulo II, 1986 *apud* Nandi, 2015, p.29-30). Embora aparentemente não voltada para a questão ecológica, pois tratava dos problemas criados pela concentração fundiária, a CF 1986 entreviu o que é hoje um dos principais fatores da crise socioambiental no país: o uso intensivo da terra para o agronegócio, responsável, em grande parte, pela redução drástica das florestas para plantio de grãos e criação bovina.

A CF de 2002, com o tema “Fraternidade e povos indígenas. Por uma terra sem males”, além de um apelo à “conversão das pessoas, da sociedade e da própria Igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha”, com “especial destaque aos povos indígenas”, também foi um convite à redescoberta do modo harmonioso de conviver com o meio ambiente desses povos. João Paulo II, na mensagem que enviou à Igreja do Brasil, declara que a Igreja permanece sempre “ao lado dos que sofrem as consequências da pobreza e da marginalização”, e que ela continuará estendendo sua “mão materna aos povos indígenas”, colaborando na “construção de uma sociedade onde todos e cada um, criados à imagem e semelhança de Deus (Bíblia, 2020, Gn 1,26, p. 30), vejam respeitados seus direitos”, e tenham condições dignas de vida, “conforme sua dignidade de filhos de Deus e irmãos em Jesus Cristo” (João Paulo II, 2002 *apud* Nandi, 2015, p. 30-31). A Constituição de 1988 havia assegurado vários direitos aos povos indígenas, mas boa parte de seus territórios não haviam ainda sido demarcados. A CF 2002 contribuiu para criar em muitos fiéis a consciência da importância dos povos originários na formação da cultura nacional, e, sobretudo, no cuidado do meio ambiente.

Os temas das CFs de 2004, 2007, 2011, 2016 e 2017 já abordaram mais diretamente questões específicas ou globais levantadas pelos estudos feitos sobre as mudanças climáticas e pelas bandeiras de movimentos ecológicos. É o caso do tema da CF de 2004, “Fraternidade e água – Água, fonte de vida”, que cita os estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) que então previam que, em 2025, 40% da humanidade teriam problemas com o abastecimento de água, além de estimular ações concretas, como: o levantamento da realidade hídrica do Brasil, a partir



da situação local; a constituição da Defensoria das Águas, em parceria com o Ministério Público Federal; o abaixo-assinado para mudar a legislação brasileira no tocante à privatização dos recursos hídricos. Em algumas dioceses, a partir da experiência das “romarias da terra”, surgiu a iniciativa de “romarias das águas”. O tema de 2007, “Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão”, tinha como objetivo “conhecer os valores e a criatividade dos povos da Amazônia” e as agressões que sofriam por causa do “modelo econômico e cultural”, na perspectiva de chamar “à conversão, à solidariedade, a um novo estilo de vida e a um projeto de desenvolvimento humano”, baseado no “cuidado com a vida humana, especialmente dos mais pobres, e de toda a natureza” (Nandi, 2015, p. 32-33). O despertar para a questão amazônica foi importante no conjunto da Igreja do Brasil, marcando os representantes do episcopado que participaram naquele ano da V Conferência do CELAM, em Aparecida, onde os temas da ecologia e da Amazônia foram abordados, ganhando relevo no conjunto do continente (CELAM, 2007, p. 46-47; 68-69; 211-214; DAp 83-86, 125-126, 470-475).

Por sua vez, o despertar para a gravidade das mudanças climáticas ampliou-se ainda mais no seio da Igreja do Brasil nos anos seguintes com os temas das CFs dedicadas à questão ecológica pela CNBB. De fato, a CF de 2011, “Fraternidade e vida no planeta”, teve como objetivo geral: “Contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas”, motivando-as a participarem nos “debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições e a vida no planeta” (CNBB, 2010, p. 5). A CF de 2016, ecumênica, “Casa comum, nossa responsabilidade”, foi fortemente inspirada pela Carta Encíclica *Laudato Sí*, do Papa Francisco. O foco do objetivo geral foi o do “saneamento básico” e sua importância para “garantir desenvolvimento, saúde integral e qualidade de vida para todos” (CNBB, 2015, p. 6). A CF de 2017, “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”, propôs como objetivo geral: “Cuidar da criação, de modo especial dos biomas brasileiros, dons de Deus, e promover relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho” (CNBB, 2016, p. 16).

O reiterado retorno à questão socioambiental pela Igreja do Brasil é ao mesmo tempo o sinal da consciência de sua importância entre os católicos brasileiros, mas também o sintoma de sua incapacidade de transformar essa consciência em ações que efetivamente mudem o



paradigma a partir do qual é regida a economia, a sociedade, a política e a cultura do país.

Com efeito, quase quarenta anos separam a primeira e a última CF dedicadas a um tema socioambiental. O impacto dessas oito CFs na consciência eclesial não pode ser negligenciado, seja nas ações que a Igreja promoveu, seja nas iniciativas da sociedade civil com as quais colaborou. Porém, como Zacarias, é necessário reconhecer que a recusa em prestar atenção, ou dar as costas, o não ouvir o que disseram os “profetas”, tanto pela Igreja, quanto por outras instituições como as universidades, as organizações não governamentais e políticas, parecem ter predominado. As recentes catástrofes provocadas pelas chuvas torrenciais no RS e a seca prolongada de grande parte do território nacional em 2024, atestam que o que se fez ainda foi muito pouco. Iniciativas promovidas por indivíduos e instituições, como a reciclagem do lixo, o não desperdício de água, a implantação de painéis solares, dentre outras, são insuficientes diante do modelo que domina a economia nacional, baseado na destruição de florestas, no uso intensivo de agrotóxico para a produção agrícola e de proteínas animais, na exploração do petróleo e dos recursos minerais. A mudança desse modelo supõe uma nova cultura, na qual intervêm múltiplos fatores, alguns dos quais inspirados nas tradições religiosas. É essa convicção que, como diz o autor da Segunda Carta a Timóteo, move a Igreja a insistir, “a tempo e a contratempo”, buscando convencer, repreender e exortar (Bíblia, 2020, 2Tm 4,2, p. 2.263). Nesse sentido, o tema da CF 2025, “Fraternidade e ecologia integral”, é mais uma ocasião para fazer avançar os processos que efetivamente assentem as bases desta nova cultura.

2 As bases de uma “cultura da ecologia integral”

O objetivo geral da CF 25 fala de “conversão integral”, numa clara alusão à expressão “ecologia integral”, presente na Introdução ao tema proposto pelo Texto Base da CF 25, segundo a qual o caminho da “conversão ecológica” deve levar a “vivenciar a ecologia integral” (CNBB, 2024; TB n. 5).

O Papa Francisco, na IV Parte da *Laudato Si'*, aborda de modo sistemático o conceito de “ecologia integral”. Entre essa abordagem do Papa e a da CF 25 se passaram quase 10 anos. Nesse período, o Pontífice convocou o sínodo especial para a Amazônia, a partir do qual escreveu a Exortação Pós-Sinodal “*Querida Amazônia*”, e publicou, por ocasião



da COP 28, a Exortação Pontifícia *Laudato Deum*. A análise que segue buscará mostrar que tipo de evolução esse conceito sofreu desde que foi elaborado, em 2015, pela *Laudato Sí*, indicando também que ênfase lhe é dada pelo texto da CF 25.

Sinivaldo Tavares, num artigo publicado em 2016, no qual propõe uma primeira “recepção” da *Laudato Sí*, entrevê na “trama” do texto pontifício três “nós”: o “evangelho da criação”, a “ecologia integral” e a “conversão ecológica” (Tavares, 2016, p. 66). Em diálogo com alguns elementos deste artigo, o presente texto vai se concentrar, sobretudo, nas reflexões do teólogo franciscano sobre a “ecologia integral”, articulando-as com a Carta Encíclica do Papa Francisco (2015).

O conceito de “ecologia integral”, abordado pelo Papa Francisco na IV Parte de sua Encíclica, articula-se ao redor de cinco eixos: (1) Ecologia ambiental, econômica e social; (2) Ecologia cultural; (3) Ecologia da vida cotidiana; (4) O princípio do bem comum; (5) A justiça intergeracional.

O princípio articulador de sua reflexão, que se repete como um mantra na Carta Encíclica é: “tudo está intimamente relacionado” ou “tudo está interligado” (LS, n. 137, 138, 142, afirmado nos n. 16, 70, 91, 92, 117, 120, e de novo mencionado nos n. 213, 240). Em sua apresentação do conceito de “ecologia integral”, o Papa começa definindo a ecologia como o estudo das “relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem” (LS, n. 138).

Da mesma forma que “os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si”, observa o Pontífice, “assim também as espécies vivas formam uma trama”, impossível de ser totalmente individuada e compreendida (LS, n. 138). A noção de meio ambiente, continua Francisco, faz referência ainda à “relação entre a natureza e a sociedade que a habita”. Nesse sentido, a natureza não é separada do ser humano, que nela se encontra imerso, dela fazendo parte, compenetrando-a. Por isso, a crise que afeta a natureza o afeta, sendo, portanto, uma “crise socioambiental”, que implica os sistemas que formam a natureza e os sistemas que o ser humano cria (LS, n. 139-140). Daí se segue que “toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais”, alcançando a sociedade em suas várias dimensões: a familiar, a comunitária, a nacional, a internacional (LS, n. 142).

Além de articular meio ambiente, economia e vida social, o conceito de ecologia integral proposto na *Laudato Sí* inclui o mundo da cultura



e da vida cotidiana. Com relação à cultura, o texto evoca a importância de integrar a “história, a cultura e a arquitetura de um lugar, salvaguardando sua identidade original. Por isso envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo” (LS, n. 143). O texto evoca também a ameaça da homogeneização, promovida pela economia globalizada, que tende a negligenciar a “complexidade das problemáticas locais” (LS, n. 144). Segundo o Papa, “a imposição de um estilo hegemônico de vida ligado a um modo de produção pode ser tão nociva como a alteração dos ecossistemas” (LS, n. 145). Com relação à vida cotidiana, o Pontífice lembra os locais de moradia, as mudanças que o processo de urbanização tem provocado no modo de se relacionar das pessoas, a necessidade de “cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas” que produzem o “sentido de pertença”, a “sensação de enraizamento”, o “sentimento de estar em casa” (LS, n. 150-151), mencionando ainda alguns projetos arquitetônicos de cidades que criam “espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro” (LS, n. 152). O texto menciona ainda o problema dos transportes (LS, n. 153) e conclui lembrando algumas das manipulações que afetam o corpo humano (LS, n. 155).

O conceito de ecologia integral proposto pela *Laudato Si'* inclui ainda os princípios do bem comum e da justiça intergeracional. A noção de bem comum, segundo a Encíclica, “desempenha um papel central e unificador na ética social” (LS, n. 156). Ele “pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral”, e exige os dispositivos de “bem-estar e segurança social”, que supõe a existência de vários grupos intermédios e a aplicação do princípio de subsidiariedade, requerendo a paz social, a estabilidade e a segurança (LS, n. 156). Diante das desigualdades que marcam a sociedade mundial, descartando pessoas e privando-as dos direitos humanos fundamentais, o apelo à solidariedade e à opção preferencial pelos mais pobres é inevitável (LS, n. 158). O Papa assinala ainda que a noção de bem comum “engloba também as gerações futuras”, pois a terra “pertence também àqueles que não a viram” (LS, 159). Não se pode, por isso, legar às próximas gerações “demasiadas ruínas, desertos e lixo” (LS, 161). Urge, por isso, pensar a questão do sentido e dos valores, o estilo de vida e os excluídos do desenvolvimento (LS 160-162).

O Papa Francisco opera uma “verdadeira guinada no discurso ecológico”, não falando apenas de “ecologia ambiental”, mas remetendo-se



às “implicações recíprocas entre a degradação ambiental e a injustiça social”, segundo Tavares (2016, p. 73). O teólogo franciscano pondera que sua proposta desmascara “a ligação entre Tecnociência, Mercado e Política como engrenagem a provocar a atual situação de descaso na qual se encontra o planeta” (2016, p. 74), mostrando que as raízes da crise socioambiental são antropocêntricas. Com efeito, continua o teólogo franciscano, nenhum outro texto do magistério pontifício ou da Doutrina Social da Igreja atingiu tal grau de profundidade crítica com relação “à complexidade” do mundo atual e uma “denúncia tão lúcida do paradigma tecnocrático”, desmascarando “as relações de cumplicidade e submissão exercidas pela tecnociência sobre a economia e sobre a política” (2016, p. 75).

Essas questões aparecem de novo na Exortação Apostólica *Laudato Deum* na qual o Papa fala da origem “antrópica” da mudança climática (LD, n. 11) e aprofunda sua denúncia do paradigma tecnocrático, que, segundo ele, conheceu um “novo avanço”, com a inteligência artificial e os progressos tecnológicos baseados na “ideia de um ser humano sem limites, cujas capacidades e possibilidades se poderiam alargar ao infinito graças à tecnologia” (LD, n. 21). Os recursos naturais de que necessita a tecnologia são limitados. O mais grave, porém, é a ideologia subjacente ao paradigma tecnocrático: o do aumento para “além de toda a imaginação do poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço” (LD, n. 22). A humanidade nunca teve tanto poder sobre si mesma, mas não é seguro que esse poder seja utilizado para seu próprio progresso.

O rápido sobrevoo sobre o conceito de “ecologia integral,” tal qual é proposto pelo Papa Francisco na *Laudato Sí*, mostra sua abrangência e complexidade, mas também os eixos a partir dos quais o Pontífice o elaborou. Dado esse passo, a análise que segue quer indicar como esses eixos inspiram e norteiam o Texto Base da CF 25. Do ponto de vista estatístico, é interessante notar que na *Laudato Sí* a expressão “ecologia integral” aparece dez vezes, enquanto no Texto Base ela tem oitenta e três ocorrências. Não é o caso aqui de propor uma leitura exaustiva dessas ocorrências no Texto Base, mas de indicar que novos desdobramentos e aprofundamentos recebe no texto da CNBB (2024). Uma primeira constatação observada neste Texto Base é a associação feita entre o conceito de “ecologia integral” e o projeto do Papa Francisco de um “novo humanismo integral e solidário”, para o qual, segundo o Texto Base, são: “a Amizade Social, tratada na CF 2024; a Educação, tratada na CF



2022 e no Pacto Educativo Global; o Diálogo, tratado na CF 2021; e a misericórdia ou compaixão, tratada na CF 2020” (TB, n. 9)¹.

As ocorrências seguintes evocam os vários eixos do conceito na *Laudato Sí*: ecologia ambiental, ecologia econômica, ecologia social, ecologia cultural, ecologia do cotidiano (TB, n. 10-11). O texto acrescenta, em seguida, que para a Igreja do Brasil a “ecologia integral é também espiritual” (TB, n. 12).

O Capítulo 1: Ver/Ouvir, que tem como inspiração bíblica o texto “*Deus viu que tudo era muito bom!*” (Bíblia, 2020, Gn 1,31, p. 30), começa com um convite à contemplação, lembrando o Cântico das Criaturas, de São Francisco de Assis, que, em 2025, completará 800 anos (TB, n. 17-24). Após esse olhar positivo, são lembradas as “inúmeras rupturas” provocadas pelo ser humano na obra do Criador (TB, n. 25), iniciando com uma descrição da crise socioambiental (TB, n. 26-38), indicando, em seguida, os principais desafios para a superação dessa crise (TB, n. 39-45). Somente no número 45 o conceito “ecologia integral” aparece de novo, associado à “dificuldade na formação de uma cultura mais integradora entre o social e o ambiental, que contribui para aumentar a visão fragmentada”.

O terceiro tópico, “A importância de uma ecologia integral”, é dedicado à elucidação desse conceito. A leitura é de imediato teológica, pois começa afirmando que a “ecologia integral supõe “uma inter-relação entre o Criador e toda a criação, dentro da qual o ser humano deveria se destacar como protagonista no cuidado”, pois foi-lhe confiada a missão de “guardião responsável da casa comum” (TB, n. 46).

A leitura teológica continua, através da perspectiva bíblica, que conjuga a visão proclamativa, de caráter antropocêntrico, com a visão manifestativa, de caráter cosmocêntrico, indicando ainda que em Jesus essas duas visões estão ligadas, constituindo o fundamento da ecologia integral na vida de fé (TB, n. 47). O Texto Base lembra ainda que na *Laudato Sí* o Papa Francisco mostra a “inseparável relação entre as questões ambientais, sociais e antropológicas” (TB, n. 50), além de atualizar “o sentido do bem comum, elemento tradicional da Doutrina Social da Igreja”, de resgatar a “opção preferencial pelos pobres” e de manter o “compromisso com as futuras gerações” (TB, n. 51).

¹ No Texto Base da CF 25 essa expressão aparece duas vezes, ambas no n. 9, uma delas remetendo à obra organizada por GUIMARÃES, J. G. M. *O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do Papa Francisco*. São Paulo: Paulus, 2022.



Na conclusão desse tópico é evocado o Documento Final do Sínodo da Amazônia, que propõe “abraçar, assumir e praticar o novo paradigma da ecologia integral, o cuidado com a casa comum e a defesa da Amazônia”, a defesa dos povos originários e de seus territórios, denunciando também o “modelo de desenvolvimento predatório” (TB, n. 53).

O quarto tópico do Capítulo 1, “Conversão ecológica”, lembra que toda conversão supõe uma mudança no modo “de ser, pensar e agir, como pessoas e comunidade” (TB, n. 56). No campo da ecologia, é necessário reconhecer que a humanidade não tem correspondido à sua vocação de guardião da casa comum (TB, n. 57). Os entraves que impedem ou dificultam o enfrentamento das mudanças climáticas não são assumidos a contento, como atestam a ausência de políticas públicas voltadas a essa questão, a pouca adesão à busca de um paradigma alternativo ao tecnocrático, a debilidade da política internacional em ver cumpridos os acordos das conferências sobre o clima (TB, n. 59). A conversão ecológica deve incluir ainda uma revisão das relações entre o ser humano e os animais, “a redução da produção industrial” e do “consumo excessivo de carne” (TB, n. 60). As pequenas ações devem, por sua vez, ser acompanhadas de ações que contribuam para as “mudanças estruturais no âmbito da política, da economia e da ética” (TB, n. 61).

O Capítulo 2: Iluminar/Discernir – *“Este é o sinal da aliança que faço entre mim e toda a carne sobre a terra”* (Bíblia, 2020, Gn 9,17, p. 39), mostra, já no início, que a “ecologia integral não é um setor pastoral da Igreja, como um segmento que faltava e que agora” está sendo preenchido, mas “uma proposta desafiadora de integração de toda a pastoral e às esferas do agir humano (economia, política, cultura, educação, espiritualidade, estilos de vida)” (TB, n. 63).

Em seguida é proposta uma análise de alguns textos da Bíblia hebraica sobre a criação, começando com Gn 1,1-2,4a, sublinhando a dignidade de todas as criaturas (TB, n. 65), apontando a correta interpretação do mandato de Gn 1,28 (TB, n. 66-67). Em seguida analisa Gn 2,4b-25, a relação entre Adão e a terra, o primeiro casal e o jardim (TB, n. 68), retomando o final do primeiro relato no qual Deus vê tudo o que criou, que era “muito bom” (TB, n. 69).

O problema do mal, do pecado, do sofrimento é objeto da análise dos números seguintes, que também se interessam pela questão das prescrições relacionadas aos animais, às plantas, aos mais pobres, ao ano jubilar (TB, n. 70-79). Em seguida, é feita uma leitura de como Jesus



se relaciona com a criação (TB, n. 80-86), seguida de uma análise da relação entre o Espírito de Deus e a criação (TB, n. 87-91).

O Capítulo 2 apresenta ainda uma reflexão sobre a “conversão integral”, lembrando a ampliação do conceito de “conversão”, que se deu em Aparecida, com o apelo à “conversão pastoral” (CELAM, 2007; DAp, n. 338, p. 153-154), na *Laudato Si'*, com o apelo à “conversão integral” e “ecológica” (LS, n. 216-221), no Documento Final do Sínodo da Amazônia (DFSA), com o apelo à conversão integral (DFSA, n. 5, 17, 60, 61), ecológica (DFSA, n. 65, 73, 79), pastoral (DFSA, n. 20, 21), “cultural” (DFSA, n. 41) e “sinodal” (DFSA, n. 86, 88, 91).

Por fim, o segundo capítulo propõe uma reflexão sobre a “ecologia integral” nos Santos Padres (TB, n. 95-102) e sua leitura sobre a “função pedagógica do cosmos” (TB, n. 99), e sobre a Doutrina Social da Igreja, recolhendo, sobretudo, os magistérios de Leão XIII, João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI, Documento de Aparecida e Papa Francisco (TB, n. 103-113).

Além de recordar as contribuições desses papas para a Doutrina Social da Igreja no que diz respeito ao meio ambiente, o Texto Base mostra como o magistério de Francisco, sobretudo através da *Laudato Si'* e da *Laudato Deum*, pode iluminar a CF 25. Conforme a *Laudato Si'*, “tudo está interligado” no mundo. A atual crise deve despertar para a “crítica” do “paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia” e convida à busca de

outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta de um novo estilo de vida (TB, n. 116, citando Francisco, 2015; LS, n. 16).

O corpo humano, diz o Texto Base, é constituído pelos elementos do Planeta. O antropocentrismo desordenado, que está na origem do paradigma tecnocrático, tem levado ao domínio da natureza, mas também à sua destruição (TB, n. 117-121). A fé cristã chama à reconciliação com o mundo (TB, n. 122-124). Por sua vez, as ciências veem o despontar de um novo período geológico, o Antropoceno, que pode levar o Planeta a um ponto de não retorno, a “um território desconhecido”. As sabedorias ancestrais afirmam algo parecido, quando, na Exortação Pós-Sinodal “*Querida Amazônia*”: pedem que “cessem os maus-tratos



e o extermínio da Mãe Terra. A terra tem sangue e está sangrando” (TB, n. 130, cf. QA, n. 42).

O Capítulo 3: Agir/Propor – “*Para cultivá-lo e guardá-lo*” (Bíblia, 2020, Gn 2,15, p. 31), começa lembrando que o “agir é consequência de processo de discernimento espiritual, debate coletivo, planejamento comunitário e decisões conjuntas que fazem parte de instâncias maiores de participação e transformação social” (TB, n. 133). Recorda também que é necessário “agir de forma coletiva e consciente” (TB, n. 135). No primeiro tópico, “Alternativas de superação da crise socioambiental”, afirma que é necessário “alimentar um olhar otimista e realista”, pois é a esperança que move a unir os esforços das ciências ao profetismo da fé”, acreditando que é possível “superar o impasse existencial e ambiental” em que a humanidade se encontra (TB, n. 136).

Tendo em conta a realidade do Brasil, a alternativa mais econômica e eficaz é a da transição energética, que supõe a substituição da matriz baseada em combustíveis fósseis para a energia solar e eólica (TB, n. 137). Urge ainda avançar no tratamento do lixo, no combate ao desperdício de alimentos, na valorização de modelos alternativos de produção, no combate ao consumismo, na criação de infraestrutura de saneamento básico, nas políticas públicas voltadas à prevenção da saúde e ao enfrentamento das mudanças climáticas, investindo em uma educação ecológica e ambiental (TB, n. 138), ou seja, desacelerar o modelo desenvolvimentista (TB, n. 139).

O texto passa em seguida a enumerar uma série de iniciativas de ecologia integral, já em curso, propostas em vários lugares no Brasil (TB, n. 142-149) e outras com as quais a CNBB atua em parceria (TB, n. 151-154). No segundo tópico, “Três âmbitos: pessoa, comunidade e sociedade”, o Texto Base indica propostas concretas a serem apoiadas e implementadas, algumas em âmbito pessoal (TB, n. 156), outras em âmbito comunitário (TB, n. 157), lembrando o que se pode fazer na Escola Católica (TB, n. 158-159), em âmbito da boa política (TB, n. 160). O terceiro tópico, “Arte, cultura e mídia”, oferece uma série de propostas a serem implementadas pelas mídias consolidadas, como a Rádio, a TV e as novas mídias (TB, n. 161).

O Capítulo 3 conclui com o último tópico, “Tempos de mobilização”, que apresenta as diversas iniciativas que promovem a tomada de consciência e ações em perspectiva da ecologia integral: o curso Animadores *Laudato Sí*; a Semana *Laudato Sí*; Junho Verde; Tempo



da Criação; a Celebração dos 800 anos do Cântico das criaturas; a COP 30 (TB, n. 162-167).

Comparando o que diz a *Laudato Sí'* sobre ecologia integral, o Texto Base da CF 25 é bastante revelador. Do ponto de vista estrutural, não há grande diferença, com relação às dimensões da realidade implicadas no conceito, com exceção para o acréscimo, feito no Texto Base, da dimensão espiritual, que, embora não apareça como tal na apresentação do conceito de ecologia integral na IV Parte da *Laudato Sí'*, encontra-se na sua tessitura. O que chama a atenção, porém, é a enorme quantidade de iniciativas que o texto pontifício deu origem na Igreja do Brasil, que pode dar a impressão de que já se faz muito, que a Igreja está no caminho certo, em conversão ecológica.

Um velho ditado popular, “contra fatos não há argumentos”, levanta, porém, um sério questionamento a essa primeira impressão. Os “fatos” em questão já foram mencionados no início deste texto: as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca prolongada que tem afetado grande parte do país nos últimos anos, em particular na Amazônia. Eles afloram como lembrança viva de que o que se faz ainda é muito pouco, que são necessárias ações mais estruturais, que implicam mudanças no modelo tecnocrático desenvolvimentista adotado pelas forças produtivas do país. Eles mostram também que o discurso da Igreja e o de organizações não governamentais ecológicas têm pouco impacto sobre os atores que determinam o modelo econômico baseado no agronegócio e nos combustíveis fósseis, sem contar as agressões provocadas pela mineração em tantos lugares pelo país.

A profecia de Zacarias, que serve de fio condutor deste estudo, lembra que a não escuta da palavra divina pode desencadear sua “ira”. Na verdade, os impactos da mudança climática no Brasil e no mundo, mais que efeitos da “ira” de Deus, são consequências da ação humana. O compromisso da Igreja do Brasil com a defesa do meio ambiente já tem tido alguns resultados, e é necessário reconhecê-los, para não se criar a impressão de que tudo é negativo e cair numa espécie de pessimismo ou de catastrofismo imobilista. O efeito mais importante, a mudança cultural, ainda está distante, e supõe um caminho de conversão que não é percorrido por uma única geração. Para isso, os apelos proféticos da Igreja e de tantos grupos que militam pelos direitos da natureza continuam mais do que nunca necessários e urgentes. Eles são chamados, contudo, a se tornarem um modo de vida, um hábito, e para adquiri-los é urgente visitar a ética da responsabilidade, para que se torne uma práxis de solidariedade.



3 Da responsabilidade à solidariedade

Hans Jonas, grande pesquisador da gnose, publicou, em 1979, a obra *O princípio responsabilidade*. Nessa obra ele aborda os problemas sociais e éticos provocados pelos avanços tecnológicos, mostrando a necessidade de uma ética capaz de lidar com o alcance sem precedentes do poder tecnológico, impondo-lhe limites. Sua reflexão fecundou muitos debates sobre a questão socioambiental, podendo ser associada com o princípio da solidariedade, proposto pela Doutrina Social da Igreja como princípio social e virtude moral. As considerações propostas a seguir pretendem mostrar como esses dois princípios devem caminhar juntos nos debates sobre o cuidado da casa comum propostos pela Igreja.

Na obra em que elabora e propõe o “princípio responsabilidade”, Jonas lembra que antes do advento do mundo moderno, a natureza cuidava dela mesma e que o impacto do ser humano sobre o meio em que vivia, afetando as futuras gerações, não determinava nenhuma mudança significativa no meio ambiente. À medida em que as inovações tecnológicas foram se aperfeiçoando, formas cada vez mais poderosas de tecnologia foram sendo desenvolvidas, transformando o ser humano num dos principais fatores de mudanças no meio natural.

Embora não falasse da era do “Antropoceno”, citada pelo Texto Base da CF 25, Jonas já a antevia, ao falar das grandes transformações então em curso, frutos da tecnologia: a energia nuclear, utilizada como ameaça de destruição; a exploração de recursos naturais, o desperdício provocado pela cultura do consumo; a engenharia genética. Segundo ele, as relações entre conhecimento humano, poder tecnológico, responsabilidade e ética são fundamentais. O mundo precisa que o ser humano cuide dele.

Para Jonas, o ser humano tem a responsabilidade de manter a natureza para garantir o bem-estar e a existência das futuras gerações. A sobrevivência da humanidade, diz ele, depende de esforços para cuidar do Planeta e assegurar seu futuro. A origem da crise do meio ambiente se encontra na ausência de uma conduta ética estruturada para servir como guia do progresso científico e tecnológico. O filósofo judeu-alemão propõe pensar a responsabilidade pelo meio ambiente como uma responsabilidade ilimitada, o que significa que a tecnologia deve ser condicionada a garantir a continuidade da vida no Planeta. Seu princípio responsabilidade recebe quatro formulações:



Age de tal forma que os efeitos de tuas ações sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra; Age de maneira tal que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos da possibilidade de autêntica vida humana futura na terra; Não ponhas em perigo as condições da continuidade indefinida da humanidade na terra; Inclui na tua opção presente, como objeto também de teu querer, a futura integridade do homem (Jonas, 2006, p. 48).

Nessas formulações está implícita a ideia de que não se pode sacrificar o futuro pelo presente. Se a humanidade se preocupar apenas com o presente, seu futuro pode não existir.

Esta breve alusão ao princípio responsabilidade confere à ideia de responsabilidade outro significado que o que lhe era atribuído, seja pelo pensamento ético, seja pelo pensamento jurídico. Em geral, a responsabilidade era pensada como uma questão moral, ou seja, ser o sujeito de uma ação, ou seja, aquele do qual ela emana, para o bem e para o mal. Essa mesma perspectiva se encontra no pensamento jurídico, embora associada a possíveis delitos ou crimes, que, no fundo, também implicam o sujeito de uma ação. No caso proposto por Jonas, a responsabilidade é com algo que se encontra no futuro, embora se inscreva no presente, ou seja, o agir no presente que possa assegurar a continuidade de que haja vida no futuro. Tal responsabilidade, como acima foi assinalado, é infinita, pois implica um futuro para todas as gerações que virão, se se quer que a vida continue na terra.

A *Laudato Sí'* assume essa preocupação com as gerações futuras, presente no princípio responsabilidade, como se pode ver nas afirmações sobre assegurar recursos para as gerações futuras (LS, n. 22); dar respostas às necessidades das gerações atuais sem prejudicar as gerações futuras (LS, n. 53); garantir a fertilidade da terra para as gerações futuras (LS, n. 67); na denúncia dos que roubam aos pobres e às gerações futuras aquilo de que necessitam para sobreviver (LS, n. 95) ou que só pensam na maximização dos lucros (LS, n. 195); na associação que estabelece entre bem comum e gerações futuras (LS, n. 159, 160, 161, 162); na esperança que tem em que os debates atuais sobre o cuidado da casa comum evoluam para que as gerações futuras não sofram as consequências de demoras imprudentes (LS, n. 169); na preocupação que manifesta com os efeitos ambientais para as próximas gerações (LS, n. 190). A preocupação com as gerações futuras também se encontra no Texto Base da CF 25 (TB, n. 6, 36, 38, 51, 52, 55, 107, 158, 164), num claro sinal de que o princípio de Jonas foi assimilado pela Igreja.



Um dos princípios que regem a Doutrina Social da Igreja é o da solidariedade. Em sua formulação originária, ele está relacionado com a sociabilidade da pessoa humana, expressando-se como interdependência entre seres humanos e povos, com dimensões sociais e éticas. Em sua dimensão social, a solidariedade ganha muitas formas, tanto positivas, como as relações de mútua ajuda em situações de precariedade, quanto negativas, como a incapacidade de voltar-se para quem experimenta algum tipo de vulnerabilidade ou alguma ausência de reconhecimento. Como virtude moral, ela se manifesta no empenho pelo bem comum, que pode elevar-se ao grau de virtude social fundamental, pois se situa na dimensão da justiça, que é a orientação para o bem comum (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2004).

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja faz referência à noção de solidariedade, brevemente esboçada acima, mostrando o acento antropocêntrico. Nos últimos anos, porém, como para o princípio responsabilidade, o princípio solidariedade tem ganhado novos significados. Esse princípio não se refere somente ao presente, mas é intergeracional. Não implica somente os humanos, mas o conjunto da criação, embora, certamente, tenha como principal lugar de expressão as relações humanas. É interessante esta evolução, perceptível, por exemplo, na midiaticização que ganhou o cuidado com os animais nas enchentes no Rio Grande do Sul ou com os que foram atingidos pelo fogo nos vários lugares em que a seca se prolongou ao longo de 2024.

Essa mudança semântica do termo solidariedade, como do termo responsabilidade, aponta, certamente, para uma evolução cultural, que pode ser um sinal de uma “conversão cultural”, como propôs o Documento Final do Sínodo da Amazônia. Sob muitos pontos de vista, pode ser o sinal de um avanço, embora, como se tem insistido ao longo deste estudo, ainda não foi capaz de mudar o paradigma econômico que vigora no país, o tecnocrático, baseado numa compreensão da natureza como fonte inesgotável de recursos para o uso ou para o benefício do ser humano. Os muitos gestos de solidariedade, por mais belos que sejam, se não transformam as estruturas, nunca conseguirão, de fato, mudar a direção tomada pelo antropocentrismo.

Conclusão

Ao convocar de novo a Igreja para uma Campanha da Fraternidade ao redor de um tema ecológico, a Igreja do Brasil continua fiel à



inspiração original das próprias CFs: a de traduzir, em atitudes concretas, pessoais, comunitárias, sociais e políticas, o apelo à conversão, ao qual todos os fiéis são chamados. No caso da CF 25, trata-se de uma conversão que tem uma pretensão muito ampla, pois implica todos os aspectos da “casa comum”, pois é disso que se trata quando se fala de “ecologia integral”.

Ao evocar o texto de Zacarias, que recorda os insistentes apelos feitos por Deus a seu povo, para que se convertesse, o profeta lembra que o povo tapou os ouvidos, que tornou seu coração duro como diamante, que não se converteu.

A lembrança das oito CFs já realizadas com temas relacionados ao meio ambiente e a apresentação da ecologia integral na *Laudato Sí'*, na *Laudato Deum*, no *Documento Final do Sínodo da Amazônia*, na “*Querida Amazônia*” e no Texto Base da CF 25, mostram que, em sua função profética, a Igreja continua acreditando que é possível transformar o coração de diamante em coração de carne, que, de fato, se deixe converter. Seu profetismo, junto ao de tantos grupos que também se comprometem com o cuidado da casa comum, é mais do que necessário. Ele deve ser acompanhado de um longo processo formativo das consciências que não só as despertem para a ecologia integral, mas as tornem responsáveis e solidárias com a criação e sua continuidade futura.

Referências

ANDRADE, F.; QUEROZ, C. *Rio Negro atinge maior seca de sua história*. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rio-negro-atinge-a-maior-seca-de-sua-historia/>. Acesso em: 4 out. 2024.

Agência Senado. *Brasil pode perder Pantanal até o fim do século, diz Marina Silva*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/brasil-pode-perder-pantanal-ate-o-fim-do-seculo-diz-marina-silva/>. Acesso em: 30 set. 2024.

BÍBLIA TEB. Tradução. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2020.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. São Paulo: Paulus: Paulinas, 2007.

CNBB. *Texto Base*. Campanha da Fraternidade 2011. Brasília: CNBB, 2010.



CNBB. *Texto Base*. Campanha da Fraternidade 2015. Brasília: CNBB, 2014.

CNBB. *Texto Base*. Campanha da Fraternidade 2016. Brasília: CNBB, 2015.

CNBB. *Texto Base*. Campanha da Fraternidade 2017. Brasília: CNBB, 2016.

CNBB. *Texto Base*. Campanha da Fraternidade 2025. Brasília: CNBB, 2024.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Sí'*: Sobre o cuidado da casa comum. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Laudato Deum*: A todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2023. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação pós-sinodal “Querida Amazônia”*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2020. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acesso em: 30 set. 2024.

GUIMARÃES, J. G. M. *O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do Papa Francisco*. São Paulo: Paulus, 2022.

JOÃO PAULO II, Papa. *Mensagem do Papa João Paulo II por ocasião do início da Campanha da Fraternidade 1979*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1979. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1979/documents/hf_jp-ii_let_19790228_fraternita-brasile.html. Acesso em: 30 set. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. *Mensagem do Papa João Paulo II por ocasião da abertura da Campanha da Fraternidade do Brasil de 1986*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1986. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1986/february/documents/hf_jp-ii_spe_19860212_campagna-fraternita.html. Acesso em: 30 set. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. *Mensagem do Santo Padre João Paulo II aos fiéis brasileiros por ocasião da Campanha da Fraternidade 2002*. Roma: Libreria Editrice Vaticana. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/2002/documents/hf_jp-ii_let_20020202_brasileiros.html.



[vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf_jp-ii_spe_20020209_campagna-brasile.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf_jp-ii_spe_20020209_campagna-brasile.html). Acesso em: 30 set. 2024.

JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 48.

NANDI, D. V. Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade. In: *Encontros Teológicos*, ano 30, n. 3, p. 27-36, 2015.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html#a%20Significado%20e%20valor. Acesso em: 30 set. 2024.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral*. Documento Final. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20191026_sinodo-amazonia_po.html. Acesso em: 30 set. 2024.

TAVARES, S. S. Evangelho da criação e ecologia integral: uma primeira recepção da *Laudato Sí'*. In *Perspectiva Teológica*, v. 48, n. 1, p. 59-80, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3486/3603>. Acesso em: 30 set. 2024.